

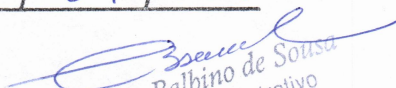
PROJETO DE LEI Nº 053/2025 02 DE SETEMBRO DE AUTORIA DO VEREADOR ELTON MELO MARQUES -  
PODEMOS.

DECLARA A FEIRA LIVRE DE BARRA DO GARÇAS COMO  
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIDO EM: 08/09 2025

ENCAMINHADO À 08/09/2025 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

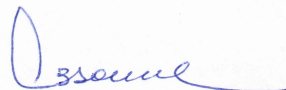
Aprovado por Unanimidade  
de vereadores presentes  
em sessão ordinária do  
Dia 22 / 09 / 2025

  
Cilma Balbino de Sousa  
Auxiliar Administrativo  
Portaria 13/1996

**LEGISLATIVO - PROJETO**

**Estado de Mato Grosso**  
**Câmara Municipal de Barra do Garças**  
**Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva**

**REDAÇÃO**

<p>Ano 2025 Plenário das Deliberações</p>		
<p><b>Protocolo</b></p> <p>N.º 102, Liv.027, Fls.63v Em 03/09/2025</p> <p>às 16:10hs.</p> <p></p> <p>Assinatura do Funcionário</p>	<p><b>X Projeto de Lei</b></p> <p><input type="checkbox"/> Decreto do Legislativo</p> <p><input type="checkbox"/> Projeto de Resolução</p> <p><input type="checkbox"/> Requerimento</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação</p> <p><input type="checkbox"/> Moção de</p> <p><input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>N.º. /2025</p>

Autor: **Vereador ELTON MELO MARQUES – PODEMOS.**

**PROJETO DE LEI N. 053, de 02 de setembro de 2025.**

**Declara a Feira Livre de Barra do Garças como Patrimônio Cultural Imaterial do Município e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica declarada como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Barra do Garças – MT, nos termos da Lei nº 4.950, de 2025, a Feira Livre Municipal, realizada tradicionalmente no centro da cidade e nos bairros, por seu reconhecido valor histórico, cultural, social e econômico.

**Art. 2º** A Feira Livre constitui-se em espaço de:

- I – valorização da cultura local e das tradições populares;
- II – fomento à economia solidária e ao comércio de produtos regionais;
- III – preservação de práticas sociais, saberes, modos de fazer e costumes transmitidos de geração em geração;
- IV – convivência comunitária, fortalecendo a identidade e o pertencimento cultural da população barra-garcense.

**Art. 3º** O Poder Executivo Municipal, por meio de seus órgãos competentes, adotará as medidas necessárias à preservação, valorização e promoção da Feira Livre como patrimônio cultural do



**Estado de Mato Grosso**  
**Câmara Municipal de Barra do Garças**  
**Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva**

**REDAÇÃO**

Município, em consonância com a Lei nº 4.950/2025, que dispõe sobre a implantação, organização e funcionamento das feiras no Município.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, 02 de setembro de 2025.

**ELTON MELO**  
**MARQUES:70**  
**654689172**

Assinado de forma digital por ELTON  
MELO MARQUES:70654689172  
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM BRANCO),  
ou=31394544000109,  
ou=videoconferencia, cn=ELTON MELO  
MARQUES:70654689172  
Dados: 2025.09.23 12:17:52 -03'00'

**ELTON MELO MARQUES**  
Vereador PODEMOS  
Primeiro Secretário da Câmara Municipal

**Estado de Mato Grosso**  
**Câmara Municipal de Barra do Garças**  
**Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva**

**REDAÇÃO**

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

A Feira Livre Municipal de Barra do Garças representa muito mais do que um espaço de comercialização de produtos. Trata-se de um ambiente de preservação da identidade cultural, de valorização das tradições populares e de fortalecimento da economia local.

Ao longo dos anos, a Feira consolidou-se como um ponto de encontro entre gerações, onde se mantêm vivas práticas sociais, saberes, modos de fazer e costumes transmitidos no seio da comunidade. Além de sua relevância cultural, a Feira Livre exerce papel fundamental no fomento à economia solidária, gerando oportunidades de renda e incentivando o consumo de produtos regionais, frescos e de qualidade.

O reconhecimento da Feira Livre como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Barra do Garças é, portanto, um ato de valorização da história e da memória coletiva de nosso povo, ao mesmo tempo em que garante a preservação e a continuidade dessa prática que tanto contribui para a coesão social, o desenvolvimento econômico e a promoção da cultura local.

Assim, a presente proposição visa assegurar que a Feira Livre, já enraizada no cotidiano da população barra-garcense, receba o devido reconhecimento legal, possibilitando ações de preservação, incentivo e promoção, em consonância com a legislação vigente e com os anseios da comunidade.

Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, 02 de setembro de 2025.

**ELTON MELO**  
**MARQUES:70**  
**654689172**

Assinado de forma digital por ELTON  
MELO MARQUES:70654689172  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB  
e=CPF.A1, ou=SEM BRANCO,  
ou=31394544030109,  
ou=videoconferencia, cn=ELTON MELO  
MARQUES:70654689172  
Dados: 2025.09.23 12:43:37 -03'00'

**ELTON MELO MARQUES**  
Vereador PODEMOS  
Primeiro Secretário da Câmara Municipal



Estado de Mato Grosso  
Câmara Municipal de Barra do Garças  
Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva

ARQUIVO

CERTIDÃO

Em análise minuciosa à documentação disponível no SAPL e digitalizada, existente no Setor de Arquivo desta Casa Legislativa, certifico que **não consta** proposição que "Declara a Feira Livre de Barra do Garças como Patrimônio Cultural Imaterial do Município e dá outras providências". Dessa forma, inexistente óbice para aprovação do Projeto de Lei nº 053, de 02 de setembro de 2025, de autoria do Vereador Elton Melo Marques.

Barra do Garças-MT, 05 de setembro de 2025.

RAMYZE UCHOA  
DA  
SILVA:00384155340

Assinado de forma digital por RAMYZE  
UCHOA DA SILVA:00384155340  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF  
A1, ou=(EM BRANCO), ou=31394544000109,  
ou=videoconferencia, cn=RAMYZE UCHOA  
DA SILVA:00384155340  
Dados: 2025.09.05 09:24:17 -03'00'

Ramyze Uchôa da Silva  
Portaria 061/2023  
Arquivista



**Parecer nº: 095/2025**

*Projeto De Lei Ordinária Nº 053, de 02 de setembro de 2025 de autoria do Vereador Elton Melo Marques - PODEMOS, que: “Declara a Feira Livre de Barra do Garças como Patrimônio Cultural Imaterial do Município e dá outras providências.”.*

## **I - RELATÓRIO**

01. Trata-se de *Projeto De Lei Ordinária Nº 053, de 02 de setembro de 2025 de autoria do Vereador Elton Melo Marques - PODEMOS, que: “Declara a Feira Livre de Barra do Garças como Patrimônio Cultural Imaterial do Município e dá outras providências.”.*

02. Foi apresentada mensagem junto ao Projeto de Lei informando que:

*“ A Feira Livre Municipal de Barra do Garças representa muito mais do que um espaço de comercialização de produtos. Trata-se de um ambiente de preservação da identidade cultural, de valorização das tradições populares e de fortalecimento da economia local. Ao longo dos anos, a Feira consolidou-se como um ponto de encontro entre gerações, onde se mantêm vivas práticas sociais, saberes, modos de fazer e costumes transmitidos no seio da comunidade. Além de sua relevância cultural, a Feira Livre exerce papel fundamental no fomento à economia solidária, gerando oportunidades de renda e incentivando o consumo de produtos regionais, frescos e de qualidade. O reconhecimento da Feira Livre como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Barra do Garças é, portanto, um ato de valorização da história e da memória coletiva de nosso povo, ao mesmo tempo em que garante a preservação e a continuidade dessa prática que tanto contribui para a coesão social, o desenvolvimento econômico e a promoção da cultura local. Assim, a presente proposição visa assegurar que a Feira Livre, já enraizada no cotidiano da população barra-garcense, receba o devido reconhecimento legal, possibilitando ações de preservação, incentivo e promoção, em consonância com a legislação vigente e com os anseios da comunidade.”*

03. Já o projeto dispõe sobre a Feira Livre Municipal do Município de Barra do Garças – MT, institui diretrizes para sua proteção, gestão e fomento.

04. É o relatório.

## **II – PARECER**



05. A análise da validade ou não de um projeto de lei deve necessariamente passar por três aspectos distintos, que são a competência, onde observaremos se a matéria é de competência do município e se dentro do município deve ser proposta pelo poder executivo ou pelo poder legislativo; a forma, superada a questão da competência deve-se atentar para a forma em que deve ser apresentado, se como lei complementar ou como lei ordinária, e por fim devemos observar a legalidade do projeto, ou seja, se esse, caso aprovado, estaria apto a produzir efeitos no mundo jurídico, respeitando os requisitos supra e não desrespeitando nenhuma norma a ele hierarquicamente superior, dadas essas explicações passamos a análise dos requisitos mencionados:

06. **- Da Competência** – É indiscutível a competência do município para legislar sobre a matéria, estando prevista tanto na CF quanto na LOM sua competência para legislar sobre assunto de seu peculiar interesse, trazendo a LOM, ainda a competência para dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais:

***Constituição Federal***

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - Legislar sobre assuntos de interesse local;*

***Lei Orgânica do Município de Barra do Garças***

*“Artigo 10 – Ao Município compete prover a tudo quanto se relacione ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*

*I – Legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse;*

*II – Suplementar a legislação federal e estadual, no que lhe couber;”*

07. Por outro lado, a matéria não se encontra dentre aquelas previstas no artigo 49 da Lei Orgânica do Município, que estabelece as matérias de competência exclusiva do Prefeito:

*“Artigo 49 – São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre;*

*I – Criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;*

*II – Servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;*

*III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamento equivalentes e órgãos das Administração Pública;*

*IV – Matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.”*

08. A Lei Municipal nº 4.723 não trata especificamente de eventos mas, entendemos, pode ser aplicada subsidiariamente, nesse sentido observamos que **não foi juntado ao projeto documento que comprove que o evento é realizado por período igual ou superior a 20 anos:**



*“Art. 2º Somente terá o direito de receber o reconhecimento como Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Barra do Garças-MT, os Bares, Lanchonetes e outros Estabelecimentos Comerciais que comprovarem documentalmente ou por declaração rubricada por duas testemunhas que possui período de funcionamento superior a 20 (vinte) anos consecutivos, os quais receberão urna Placa de Patrimônio Histórico e Cultural, por indicação de um Vereador, que será afixada no interior do estabelecimento, cuja Placa conterá os seguintes elementos:*

*(...)”*

09. Portanto, **exceto não pela juntada do documento supra**, não há qualquer mácula na apresentação do projeto pelo Nobre Vereador.

10. - **Da Forma:** A matéria tratada não se encontra dentre aquelas constantes do artigo 48 da Lei Orgânica e que devem obrigatoriamente serem propostas sob a forma de lei complementar.

11. - **Da Legalidade:** A Constituição Federal (art. 30, I e IX) assegura ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local e promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local.

12. A Constituição Estadual de Mato Grosso e a Lei Orgânica Municipal seguem o mesmo direcionamento, conferindo ao Poder Legislativo municipal a atribuição de propor normas destinadas à preservação do patrimônio cultural imaterial.

13. O projeto trata de declaração de patrimônio cultural imaterial, matéria de caráter normativo e simbólico, sem criação de cargos, funções ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado. Logo, não há vício de iniciativa, pois se insere na competência legislativa concorrente e não invade a esfera privativa do Executivo.

14. O reconhecimento da Feira Livre como patrimônio cultural imaterial está em conformidade com o Decreto Federal nº 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e com a Política Nacional de Cultura Viva, reforçando a necessidade de preservar práticas e saberes transmitidos de geração em geração.

### III- CONCLUSÃO

15. Portanto, apresentada a mensagem, respeitada a regra de competência, da ótica legal, observados os apontamentos feitos acima, este Advogado, **OPINA pela viabilidade técnica e jurídica do projeto**, cabendo aos vereadores análise de mérito.

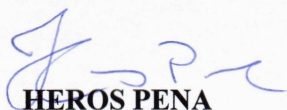
16. No que tange ao mérito, a Procuradoria Legislativa não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto as formalidades legais e regimentais.



17. Esclareço ainda ser o presente parecer meramente explicativo, não vinculando os nobres vereadores, e se aprovado no mérito e pelas Comissões, o projeto produzirá seus efeitos, até eventual controle a posteriori.

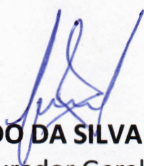
18. É o parecer, sob censura.

Barra do Garças, 22 de SETEMBRO de 2025.

  
**HEROS PENA**

Procurador Jurídico

Portaria 49/2012 - OAB/MT: 14.385-B

  
**FERNANDO DA SILVA REIS**  
Procurador Geral

Portaria 015/2025 – OAB/MT: 25.509


COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

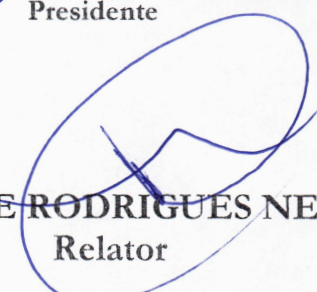
PARECER

Projeto de Lei nº 053/2025 de autoria do  
Vereador ELTON MELO MARQUES-  
PODEMOS.

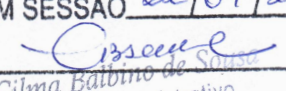
A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E  
REDAÇÃO, analisando o PROJETO DE LEI, em epigrafe, resolve exarar PARECER  
FAVORAVEL, por entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.

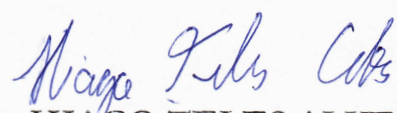
Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 22 de Setembro de 2025.

  
Ver. GABRIEL PEREIRA LOPES  
Presidente

  
Ver. JAIME RODRIGUES NETO  
Relator

APROVADO  
EM SESSÃO 22/09/2025

  
Cilma Baibino de Sousa  
Auxiliar Administrativo  
Portaria 13/1996

  
Ver. HIAGO TELES ALVES  
Vogal



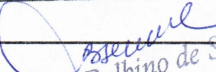
## VOTAÇÃO

### PROJETO DE LEI N º 053/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR ELTON MELO MARQUES-PODEMOS

VEREADORES	PARTIDO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ADILSON TAVARES LOPES	PODEMOS	X		
ALLANKLEY LOPES DE SOUZA	PODEMOS	X		
ALESSANDRO MATOS DO NASCIMENTO	PODEMOS	Presidente		
ARMANDO ALVES BRITO	PMB	X		
BIANCA SOUSA DE FREITAS ALMEIDA	MDB	X		
ELCIO MENDES DA SILVA	PRD	X		
ELTON MELO MARQUES	PODEMOS	X		
FLORIZAN LUIZ ESTEVES	PRD	X		
GABRIEL PEREIRA LOPES	MDB	X		
GERALMINO ALVES R. NETO	PMB	X		
HIAGO TELES ALVES	PL	X		
JAIME RODRIGUES NETO	UB	X		
MARIA SILVANIA ARAÚJO RAMOS	MDB	X		
PAULO CESAR RAYE DE AGUIAR	UB	X		
RONAIR DE JESUS NUNES	UB	X		

### RESULTADO DA VOTAÇÃO: MÉRITO

Aprovado por Unanimidade  
de vereadores presentes  
em sessão ordinária do  
Dia 22 / 09 / 2025

  
Cilma Balbino de Sousa  
Auxiliar Administrativo  
Portaria 13/1996